

# ENTREVISTA COM SÉRGIO MENDONÇA

## Ex-Secretário de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

**RCT** - COMO VOCÊ AVALIA O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA COM OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DURANTE OS DOIS PRIMEIROS GOVERNOS LULA E DURANTE O GOVERNO DILMA?

**Sérgio Mendonça** - Durante os dois primeiros governos Lula e durante o governo Dilma, houve um grande exercício de democratização das relações de trabalho no Serviço Público federal. Ao longo de treze anos (2003-2016), foram firmados cerca de cento e setenta acordos, com todas as categorias e todas as áreas do Poder Executivo civil.

Os governos Lula e Dilma praticaram a negociação coletiva com bastante intensidade e disposição para o diálogo. Houve conflitos, muitas greves, mas tudo foi tratado civilizadamente, democraticamente.

Infelizmente, a partir de 2016, com o **impeachment** da ex-presidente Dilma Rousseff, isso tudo ficou paralisado e só agora está sendo retomado.

Na minha opinião, o que faltou - e que eu acho que é uma discussão para agora - foi a institucionalização do processo de negociação coletiva no setor público. Desde outubro de 1988, a Constituição Federal prevê o direito de organização sindical e o direito de greve dos servidores. Mas não estendeu a eles, explicitamente, o direito de negociação coletiva. Faltou regulamentar esse direito, criar uma legislação própria. Acho que essa foi a grande lacuna, apesar do intenso exercício de experiências de negociação, de diálogo e de respeito de lado a lado.

**RCT** - QUAIS AS SUAS EXPECTATIVAS (E DO GOVERNO COMO UM TODO) COM A RETOMADA DA MESA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO COM OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NESTE TERCEIRO GOVERNO LULA?

**Sérgio Mendonça** - Olha, nós estamos partindo da experiência anterior, dos treze anos de negociações realizadas. Acho que é fundamental investir num projeto de lei de regulamentação da negociação coletiva no serviço público, a ser enviado ao Congresso Nacional, em diálogo com a União, os estados, os municípios e as centrais sindicais, principalmente, além das entidades

representativas dos servidores públicos federais. Para institucionalizar a negociação. Quem senta na mesa? Quem representa os servidores? Tudo isso ainda está muito indefinido e, para que o processo avance, são fundamentais essas definições.

Já houve um primeiro movimento de retomada do diálogo, agora no início de 2023, e foi positivo. Mas é preciso organizar esse processo de negociação para os próximos meses e anos durante esse terceiro mandato do presidente Lula. Eu acho que essa tarefa é fundamental. Já está havendo, inclusive, uma discussão para a criação de um grupo de trabalho junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Gestão.

Vai haver, também, uma discussão na conferência anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para retirada das denúncias que foram feitas sobre o Brasil, quanto à ausência de negociações no setor público. Tudo indica que vai dar certo.

Então, eu acho que é um reinício promissor para a mesa. Mas insisto que a institucionalização da negociação coletiva é fundamental, para que não haja retrocesso no futuro e para que a negociação avance com tranquilidade, com segurança e com permanência.

É preciso dizer, contudo, que as condições econômicas, conjunturais, fiscais, atuais, não são as mesmas que existiam de 2003 a 2016. Principalmente nos dois primeiros mandatos do presidente Lula, entre 2003 e 2010. Eram muito mais favoráveis naquele momento. Então, isso poderá dificultar a negociação, principalmente depois de um período longo em que os servidores ficaram com os salários congelados. Há, também, a necessidade de retomar os concursos e levar em conta o impacto do próprio crescimento vegetativo natural de evolução nas carreiras, que também tem que estar nessa conta.

Tudo isso em um contexto de fortes restrições fiscais e considerando o peso da despesa de pessoal, que é a terceira maior despesa do Orçamento da União, depois de juros da dívida pública e da Previdência Social.

Por outro lado, é importante lembrar que a despesa de pessoal como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) caiu para o menor valor em muitos anos, em torno de 3,5% do PIB, quando já chegou a 4,8%, em período recente, nesses últimos vinte anos.

Nesse contexto, eu diria que o desafio é grande. Poderá haver dificuldades nas negociações, mas acho que o ganho do diálogo é importante, num ambiente de institucionalização do processo. Porque, devagar, você vai superando os obstáculos. Acredito que, através da democratização e do diálogo, é possível avançar, sim.

## RCT - COMO VOCÊ AVALIA A NEGOCIAÇÃO RECÉM-CONCLUÍDA PARA O REAJUSTE DOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM 2023?

ENTREVISTA COM SÉRGIO MENDONÇA

**Sérgio Mendonça** - Considero que essa primeira etapa foi muito positiva, porque os dois lados tiveram maturidade e olharam para a importância de valorizar a retomada desse espaço de diálogo, após quase sete anos sem negociação. Acho que as entidades dos servidores entenderam bem a situação, embora o resultado não fosse o que os servidores queriam, após quatro anos de congelamento para muitas categorias, seis anos para outras. Pela conta da inflação acumulada, isso daria vinte e sete ou até mais por cento nesses últimos anos.

O acordo prevê um reajuste de nove por cento e também um acréscimo de 200,00 reais no Auxílio-Alimentação, que é positivo principalmente para os servidores que têm menores salários. É o que era possível com o orçamento deste ano; não havia espaço para mudar o orçamento neste início de 2023. O impacto do acordo será de 11,4 bilhões de reais, em 2023, e de cerca de 16 bilhões de reais, em 2024.

Então, eu avalio essa retomada da mesa de negociações muito positivamente. Como eu disse na resposta à questão anterior, há muitos desafios pela frente, a questão fiscal é bem desafiadora, o novo arcabouço fiscal, as novas regras. E a questão da institucionalização que, insisto, me parece estrategicamente a mais importante. Ou seja, a aprovação de uma lei de negociação coletiva no serviço público complementando, vamos dizer, o tripé inacabado da Constituição de 1988.

Entendo, portanto, que as energias deveriam estar concentradas nesses aspectos, nesse próximo período.

\*\*\*\*\*